

Produzir madeira sem devastar

Alberto Duque Portugal

ACERVO ACERVO ACERVO
 AMBIENTAL
 ONIC
 Data 21/10/96
 Class. 8

Há algumas semanas questões relativas à devastação das florestas tropicais brasileiras ganharam espaço nas páginas dos principais jornais em função da entrada no país de madeiras asiáticas. Veio à tona novamente a discussão em torno da necessidade de protegermos com maior severidade os nossos recursos naturais. Mais uma vez nos colocamos em estado de alerta frente a ameaças de exploração predatória da floresta Amazônica. E mais uma vez nos obrigamos a refletir sobre o que temos efetivamente feito para impedir a destruição do nosso maior legado às gerações futuras: a rica biodiversidade das florestas brasileiras. O fato é novo. A discussão é velha.

Há tempos se sabe que a exploração seletiva de madeira, como é feita hoje, provoca alterações significativas nas florestas e, quando usada sem técnica, provoca danos em até 60% da cobertura florestal. Além dos prejuízos ambientais que podem ser irreversíveis, os próprios produtores são prejudicados a curto prazo, pois têm que buscar madeira em locais cada vez mais distantes, o que encarece os custos de produção.

Também não é novidade para ninguém que a exploração florestal de alta intensidade, quando são derrubadas muitas árvores em uma determinada área, especialmente com o uso de máquinas pesadas, provoca grande impacto ambiental, apesar de existirem técnicas de planificação e outros cuidados que reduzem, e muito, esse impacto. E essa tem sido a prática mais comum. Além dos já citados danos ambientais presentes e futuros, a exploração mal planejada resulta em desperdício de madeira, tanto por árvores deixadas na floresta quanto pelo mau aproveitamento das que são cortadas.

Desde 1991 existe uma legislação específica, criada a partir de informações fornecidas por órgãos de pesquisa, que estabelece normas para o planejamento e execução dos projetos de florestas nativas na Amazônia. Embora a lei exista, constata-se que não há empresa que esteja cumprindo totalmente a regulamentação. Isso ocorre, entre outras causas, por falta de pessoas treinadas para planejar e desenvolver tecnicamente a derrubada e o aproveitamento de madeira ou mesmo pela dificuldade de fiscalização. Algumas empresas, especialmente no Pará, esforçam-se para executar o verdadeiro manejo florestal e recorrem aos órgãos de pesquisa para receberem orientações de técnicos especializados. A maioria, no entanto, ainda não segue por esse caminho.

O que poucos sabem, na verdade, é que a exploração racional das florestas é possível e altamente rentável para as empresas madeireiras. Mais que isso, é a solução para que o Brasil cumpra o acordo assinado em 1977 com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT) que congrega 33 países produtores e consumidores de madeiras tropicais. O acordo estabeleceu o ano 2.000 como meta para que toda madeira exportada pelos países membros tenha origem em florestas manejadas sustentavelmente.

O país detém hoje técnicas que permitem o manejo florestal sustentável nos moldes recomendados pela OIMT. A Embrapa, por exemplo, com o apoio de instituições como o Ibama, Inpa e Museu Emílio Goeldi, desenvolve há vinte anos estudos nessa área e tem resultados que podem ser imediatamente aplicados. É o caso de um sistema de produção em florestas naturais da Amazônia que oferece custo compatível com a atividade, aumenta em 100% a produtividade, reduz, pela metade, a área de manejo e do intervalo de tempo em colheitas e melhora a conservação do ecossistema.

Além de desenvolver um modelo de manejo pronto para ser aplicado, o que garante a manutenção da produtividade da floresta, a Embrapa, por meio de um convênio com a Overseas Development Administration (ODA), do governo britânico, está fortalecendo novas atividades de pesquisa e transferência de tecnologia na área. Programas de treinamentos e apoio de especialistas tornaram possível, por exemplo, o uso das mais modernas tecnologias de estudo de estruturas genéticas, com o objetivo de avaliar o impacto da extração de madeira na diversidade das espécies. Programa de informatização vem facilitando a pesquisa e é importante apoio à identificação de espécies na Amazônia. Isso é fundamental para melhorar o acesso ao mercado e assegurar um manejo sustentável. Na floresta de terra firme, a seleção de árvores a serem abatidas e a planificação da derrubada e do arraste são os pontos-chaves. O desenvolvimento de sistemas informatizados de auxílio à tomada de decisões, que integram os aspectos ecológicos, silviculturais e econômicos, facilitará o acesso ao atual conhecimento para todos envolvidos na gestão de recursos florestais. Na transferência de tecnologia, a estratégia tem sido trabalhar com produtores, implantando modelos demonstrativos e envolvendo sindicatos madeireiros e associações de pequenos produtores como agentes de transmissão.

Esse esforço, vale destacar, não é exclusivo da Embrapa. Outros organismos de pesquisa, públicos e privados, estão também investindo maciçamente na busca de alternativas viáveis, com resultados igualmente promissores, o que demonstra que estamos no rumo certo e nos retorna à reflexão inicial. Se vinte anos de pesquisa já nos garantiram informação suficiente para produzir madeira sem agredir o meio ambiente, se a legislação existe e é consistente, o que falta para solucionarmos em definitivo os grandes problemas ambientais que envolvem a atividade florestal na Amazônia? Falta determinação em cumprir a lei e pensar a longo prazo. Apenas a floresta Amazônica pode gerar 50 bilhões de metros cúbicos de madeiras comercializáveis, mas temos que utilizar bem esse potencial. E isso vale para qualquer empresa madeireira, seja ela asiática ou brasileira.

■ Alberto Duque Portugal é presidente da Embrapa